

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ

*Socioeconomic profile of family farming in the municipality of
Parnaíba, Piauí*

*Perfil socioeconómico de la agricultura familiar en el municipio
de Parnaíba, Piau*

DOI: 10.48075/igepec.v28i2.33358

Sílvia de Araújo
Universidade de Brasília – UnB

Jaíra Maria Alcobaça Gomes
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Maria de Fátima Vieira Crespo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDpar

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, PIAUÍ

Socioeconomic profile of family farming in the municipality of Parnaíba, Piauí

Perfil socioeconómico de la agricultura familiar en el municipio de Parnaíba, Piauí

Sílvia de Araújo¹
Jaíra Maria Alcobaça Gomes²
Maria de Fátima Vieira Crespo³

Resumo: O objetivo deste artigo é caracterizar e diagnosticar o perfil socioeconômico da agricultura familiar do município de Parnaíba, Piauí, evidenciando a sua participação para o desenvolvimento de Parnaíba. A abordagem consistiu na análise de dados estatísticos obtidos do Censo Agropecuário Brasileiro de 2017, acessíveis por meio do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com a delimitação de indicadores para a caracterização dos estabelecimentos agropecuários, dos dirigentes das unidades familiares e da mão de obra ocupada. As informações obtidas foram tratadas a partir da estatística descritiva, analisadas e sistematizadas sob formas de tabelas e gráficos. Os resultados indicam que o segmento representa 37% das unidades agropecuárias do município, com predominância de minifúndios e carência de assistência técnica. Os dados mostram também que a categoria se destaca na produção de alimentos básicos, provendo o mercado interno e segurança alimentar das famílias agricultoras, contribui para o dinamismo econômico do município, movimentando mais de 15 milhões de reais em 2017 e emprega 30% da mão de obra rural de Parnaíba. Observa-se reduzida participação dos jovens no desenvolvimento das atividades produtivas, baixo acesso à instrução educacional e organizacional, demonstrando desafios no potencial produtivo, na manutenção e permanência da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Socioeconômico. Parnaíba. Desenvolvimento rural. Desenvolvimento regional.

Abstract: *The objective of this paper is to characterize and diagnose the socioeconomic profile of family farming in the municipality of Parnaíba, Piauí, highlighting its participation in the development of Parnaíba. The approach consisted of analyzing statistical data obtained from the 2017 Brazilian Agricultural Census, accessible through the Automatic Recovery System (SIDRA) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), according to the delimitation of indicators for characterizing establishments agricultural workers, heads of family units and employed labor. The information obtained was treated using descriptive statistics, analyzed and systematized in the form of tables and graphs. The results indicate that the segment represents 37% of the municipality's agricultural units, with a predominance of smallholdings and a lack of technical assistance. The data also shows that the category stands out in the production of basic foods, providing the domestic market and food security for farming families, contributing to the economic dynamism of the municipality, generating more than 15 million reais in 2017 and employing 30% of the workforce. rural work in Parnaíba. There is reduced participation of young people in the development of productive activities, low access to educational and organizational instruction, demonstrating challenges in the productive potential and in the maintenance and permanence of family farming.*

Keywords: *Family farming. Socioeconomic. Parnaíba. Rural development. Regional development.*

¹ Economista. Doutoranda em Economia pela Universidade Brasília (UnB). E-mail: silviaaraujo@hotmail.com

² Economista. Professora doutora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rede PRODEMA). E-mail: jaira@ufpi.edu.br

³ Economista. Professora doutora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDpar). E-mail: fatimavrespo@ufpi.edu.br

Resumen: *El objetivo de este artículo es caracterizar y diagnosticar el perfil socioeconómico de la agricultura familiar en el municipio de Parnaíba, Piauí, destacando su participación en el desarrollo de Parnaíba. El enfoque consistió en analizar datos estadísticos obtenidos del Censo Agropecuario Brasileño de 2017, accesibles a través del Sistema de Recuperación Automática (SIDRA) del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), según la delimitación de indicadores para caracterizar establecimientos trabajadores agrícolas, jefes de unidades familiares y mano de obra ocupada. La información obtenida fue tratada mediante estadística descriptiva, analizada y sistematizada en forma de tablas y gráficos. Los resultados indican que el segmento representa el 37% de las unidades agrícolas del municipio, con predominio del minifundio y falta de asistencia técnica. Los datos también muestran que la categoría se destaca en la producción de alimentos básicos, proporcionando mercado interno y seguridad alimentaria a las familias campesinas, contribuyendo al dinamismo económico del municipio, generando más de 15 millones de reales en 2017 y empleando al 30% de la población. mano de obra rural en Parnaíba. Hay reducida participación de los jóvenes en el desarrollo de actividades productivas, bajo acceso a la formación educativa y organizacional, demostrando desafíos en el potencial productivo y en el mantenimiento y permanencia de la agricultura familiar.*

Palabras clave: *Agricultura familiar. Socioeconómico. Parnaíba. Desarrollo rural. Desarrollo regional.*

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é identificada tanto pela posse da propriedade quanto dos meios de produção, compreendendo a administração das atividades produtivas e a utilização da mão de obra com origem no núcleo familiar (Wanderley, 2004).

No Brasil, a agricultura familiar é legalmente definida pela Lei da Agricultura Familiar n.º 11.326/2006 e regulamentada pelo Decreto presidencial n.º 9.064, de 31/05/2017. Essa definição engloba atividades realizadas em pequenas propriedades rurais, com a participação da família na gestão dos estabelecimentos e na produção agrícola. Essa produção é direcionada tanto para consumo próprio quanto para obtenção de renda familiar (Brasil, 2017).

A agricultura familiar apresenta um conceito genérico, que compreende particularidades. Para Schneider (2016), a agricultura familiar expressa uma forma social específica, em que o trabalho e a produção estão interligados por laços de parentescos.

De modo semelhante, Miranda, Gomes e Rover (2018) sublinham que a agricultura familiar é desenvolvida quando a família, simultaneamente, produz e é proprietária dos meios de produção. Uma das principais especificidades da agricultura familiar é o fato de ser uma agricultura marcada pela gestão familiar em sua produção (Maia; Sousa, 2020) e que dela obtém-se a maior parte da renda familiar (Cavalcanti; Marjotta; Araújo, 2018).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar apresentou um percentual de 76% do total de aproximadamente 5 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil, o que corresponde a 3,8 milhões de unidades de produção, distribuídas em 81 milhões de hectares. Além disso, no referido ano, o segmento empregou 10 milhões de pessoas (Censo Agropecuário, 2017).

Os resultados do Censo Agropecuário demonstram também que o Nordeste concentrou, em 2017, 1.838.846 estabelecimentos agropecuários, o que corresponde a 47% dos empreendimentos familiares do País. Como se observa, a expansão das unidades agrícolas da categoria tem a Região como referência. Em termos de empregabilidade, a agricultura familiar do Nordeste envolve 4,7% da mão de obra ocupada na agropecuária brasileira (Censo Agropecuário, 2017).

A nível Estadual, a agricultura familiar também responde pela maioria dos estabelecimentos, contabilizando 197.247, o que representa 80% do total de 245.601 das unidades rurais presentes no Piauí, que englobam 518.540 (77%) de pessoas que desenvolvem atividades agrícolas (Censo Agropecuário, 2017).

Esses dados ressaltam a importante participação da agricultura familiar para a economia brasileira. No entanto, cabe mencionar que o meio rural é marcado pela desigualdade e apresenta algumas limitações que ocasionam desafios para o seu desenvolvimento.

Nesse aspecto, destaca-se a desigual distribuição de terras e renda, provenientes do processo histórico de ocupação do país, originando a pobreza rural e urbana (Staduto; Kreter, 2014), às fragilidades tecnológicas e ausência de assistência técnica para as propriedades familiares (Rocha, 2012).

Parnaíba apresenta a 2ª maior população do Piauí (162.159) habitantes (IBGE, 2022). Desse total, 94% corresponde à população urbana, enquanto 5% representam a população rural (IBGE, 2010), configurando o município majoritariamente urbano. Conforme o IBGE (2022), o município ocupa o 27º (vigésimo sétimo) lugar no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, tendo como principal propulsor o setor de serviços.

As práticas rurais desenvolvidas em Parnaíba são majoritariamente ligadas à pecuária, produção de lavouras temporárias e de lavouras permanentes, horticultura e floricultura, extrativismo vegetal e pesqueiro. No contexto específico da agricultura familiar, a categoria representa 37% do total de 1.269 estabelecimentos agropecuários do município (Censo Agropecuário, 2017). É nesse aspecto que se observa a influência da agricultura familiar na permanência dessas atividades produtivas e da população rural. O segmento envolve aproximadamente 30% da mão de obra rural, empregando 1.166 pessoas (Censo Agropecuário, 2017).

Diante dessa realidade, na qual o(a) agricultor(a) familiar se constitui importante ator social aos processos de desenvolvimento local, a questão de pesquisa aborda as particularidades socioeconômicas da agricultura familiar para o município de Parnaíba - PI.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é caracterizar e diagnosticar o perfil socioeconômico da agricultura familiar de Parnaíba, demonstrando a sua participação para o desenvolvimento do município. A metodologia adotada baseou-se no levantamento de dados coletados e sistematizados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), tendo como base analítica o Censo Agropecuário de 2017, conforme a delimitação de indicadores para a caracterização dos estabelecimentos agropecuários, dos dirigentes das unidades familiares e da mão de obra ocupada. Os resultados foram tratados a partir da estatística descritiva, analisados, sistematizados e apresentados sob formas de tabelas e gráficos.

Além desta introdução, o presente trabalho está dividido em quatro seções. A segunda apresenta a revisão teórica, abordando sobre a agricultura familiar, legislação e características gerais. Na terceira, discorre-se sobre os procedimentos metodológicos, incluindo a delimitação da área estudada, o período da realização e as fontes e técnicas utilizadas para a análise dos dados. A seção quatro demonstra os resultados, na sequência são descritas as considerações deste estudo, destacando as principais particularidades socioeconômicas da agricultura familiar de Parnaíba comparando com o cenário Nacional, Regional e Estadual.

2 – REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, aborda-se sobre a construção do conceito de agricultura familiar, com ênfase na legislação e características gerais, englobando as suas especificidades.

2.1 – AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS

O ambiente rural brasileiro passou por um processo de transformação que se intensificou a partir dos anos 1960. No âmbito destas mudanças, o processo de modernização da agricultura se traduziu num modelo capitalista de produção, pela adoção do padrão tecnológico de produção norte-americano, denominada Revolução Verde, o qual objetivava fomentar o aumento da produtividade agrícola, a partir da formulação de tecnologias voltadas para o aprimoramento da agricultura (Bortolotto *et al.*, 2020).

Dessa concepção, originou-se a necessidade da transformação modernizante do campesinato (Neves, 2009), a qual é uma categoria formada à margem do

processo de desenvolvimento socioeconômico (Silva, 2019), e que se dedicavam exclusivamente a garantir a subsistência familiar (Wanderley, 2004).

Vinculada às transformações capitalistas, a adoção da agricultura familiar formou-se no Brasil com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e passou a desempenhar um papel de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico (Estevam; Salvaro; Dos Santos, 2018).

Seu conceito compreende situações específicas e particulares, sendo definido pela relação da família com a propriedade dos estabelecimentos e com os meios de produção (Veiga, 1991; Abramovay, 1992; Lamarche 1993-1997; Wanderley, 1999; Blum, 1999). A família administra os meios produtivos e executa as atividades produtivas (Mendonça; Rocha, 2015), ou seja, é uma agricultura marcada pela gestão familiar em sua produção (Maia; Sousa, 2020), e que dela obtém-se a maior parte da renda familiar (Cavalcanti; Marjotta; Araújo, 2018).

A partir das definições apresentadas pelos autores, evidencia-se que o conceito de agricultura familiar se fundamenta na relação existente entre a família e o gerenciamento da propriedade, o domínio dos meios de produção e a organização do trabalho. Portanto, a relação entre o agricultor familiar consiste na ligação direta entre a família e a propriedade do trabalho. Sendo o estabelecimento a unidade de produção, de consumo e reprodução social.

2.2 – AGRICULTURA FAMILIAR: LEGISLAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Para melhor entendermos os aspectos legais da agricultura familiar, sob a perspectiva da Lei n. 11.326, é importante destacar que os conceitos da agricultura familiar não são inéditos no arcabouço legal brasileiro. Esta Lei considera como agricultores familiares os produtores rurais que utilizam majoritariamente a mão de obra familiar em seus estabelecimentos, além de atender aos seguintes requisitos: possuir, a qualquer título, área de até 4 (quatro) módulos fiscais; utilizar metade do trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda do estabelecimento agropecuário, ter percentual mínimo de renda familiar de atividades econômicas do próprio estabelecimento e ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (Brasil, 2006).

Ainda conforme a respectiva Lei, comunidades extrativistas, silvicultores, aqüicultores, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais também são inseridos na categoria agricultura familiar. Incluíram-se também os descendentes de europeus do Sul do país, caipiras, assentados, colonos e posseiros (Lima; Silva; Iwata, 2019). Sendo, portanto, um segmento diversificado, heterogêneo, onde existem diferenças sociais e econômicas.

Para tanto, como forma de regulamentação, os agricultores que atenderem aos requisitos da Lei devem utilizar a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), que serve como um meio de identificação e qualificação das Unidades Familiares de Produção Agrícola (UFPA) ligadas à Agricultura Familiar e suas entidades legais associativas, como organizações, associações e cooperativas (Brasil, 2019).

A agricultura familiar expressa sua magnitude através dos macros dados agropecuários, tendo sua caracterização decorrente do Censo Agropecuário de 1989, reavaliado com os dados de 1995/96, e sua legitimidade social e política foi validada a partir dos anos 1990 com a implementação do PRONAF, principal programa de crédito e financiamento da agricultura familiar, que resultou de lutas dos

movimentos sociais e sindicais do campo, tendo o escopo de fortalecer a agricultura familiar, subsidiando crédito, assistência técnica, ordenamento territorial e garantia de compra da produção (Grisa; Schneider, 2015; Miranda; Torres; Mattei, 2017).

A partir do PRONAF, surgiram outras ações governamentais importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que garante a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, promovendo a comercialização para os produtores e garantindo o acesso ao mercado (Dias; Alves; Shikida, 2013). Assim como também, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, amparado pela Lei n.º 5.695/19, deixa a cargo de cada ente subnacional (Estados e Municípios) a decisão e estabelecimento, de um percentual mínimo de recursos para a aquisição de alimentos provenientes da Agricultura Familiar (Brasil, 2019).

Outro projeto é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Definida pela Lei 12.188/10 como uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais, objetivando a melhoria dos processos produtivos e de gestão dos estabelecimentos rurais (Castro; Pereira, 2017). Essas políticas propiciaram importantes dinâmicas territoriais que valorizam as potencialidades das comunidades e favorecem o desenvolvimento local (Anjos *et al.*, 2018).

O Censo Agropecuário demonstrou que, em 2017, o segmento abrangeu aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos, caracterizando o Brasil como 8º maior produtor de alimentos no mundo (SEAD, 2018). Essas unidades de produção obtiveram maiores proporções no Nordeste 1,8 milhões (47%) e Sudeste 688.945 (17,6%) e menores proporções no Centro-Oeste com 223.275 (5,7%).

Observando as principais atividades econômicas desenvolvidas na agricultura familiar no Brasil, o Censo Agropecuário demonstra que em 2017, 47% das propriedades se dedicaram à criação animal, enquanto 34% delas se concentram na atividade de culturas temporárias e 11% se voltam à prática de culturas permanentes. Nesse contexto, a pecuária e a criação de outros animais obtiveram maior destaque em todos os estabelecimentos familiares do território nacional. Entretanto, tal cenário não se aplica à Região Sul; nesta, 49% da produção recai sobre a produção de lavouras temporárias.

Em relação à área ocupada, a agricultura familiar ocupa 36% da área de mais de 70 milhões de hectares ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil (Censo Agropecuário, 2017), indicando a persistência de uma acentuada desigualdade na distribuição dos recursos naturais associados à posse da terra, considerando que 64% da área estão sob ocupação da categoria não familiar.

Em termos de empregabilidade, a agricultura familiar se destaca, a categoria abrangeu, em 2017, (67%) da ocupação da mão de obra rural brasileira, correspondendo a 10 milhões de pessoas. Desse total, 46,6% concentram-se no Nordeste, seguido do Sudeste 16,5%, da Região Sul 16%, Norte 15% e em menores proporções no Centro-Oeste 5,9% (Bezerra; Filho; Gurjão; Lemos, 2020).

É importante ressaltar que 81% da força de trabalho no campo brasileiro é constituída por homens (Aquino; Alves; Vidal, 2020). Considerando a idade, a maioria dos dirigentes de estabelecimentos familiares brasileiros têm idade acima de 55 anos (SIDRA/IBGE, 2019), indicando reduzida presença dos jovens envolvidos na agropecuária. Nesse contexto, Delgado, Bazotti e Cintra (2016) relatam que a migração do jovem do campo para a cidade condiciona dificuldades para as famílias agricultoras conseguirem um sucessor para a propriedade, podendo comprometer a continuidade das atividades do segmento.

como principal propulsor o setor de serviços, que corresponde a 53%, seguido do setor de administração (defesa, educação, saúde pública e seguridade social) com 30%, enquanto os ramos da indústria e agropecuária constituem em 13% e 3%, respectivamente (IBGE, 2022).

Como observado, as atividades econômicas desenvolvidas se concentram no contexto de serviço e administração pública. No ramo primário, as práticas rurais desenvolvidas são prioritariamente relacionadas com a pecuária e a criação de outros animais, produção de lavouras temporárias e de lavouras permanentes, extrativismo vegetal e pesqueiro (IBGE, 2020). É nesse aspecto que se observa que a agricultura familiar de Parnaíba influencia na permanência dessas atividades produtivas e da população rural. O segmento abrange 37% (478) dos 1.269 estabelecimentos agropecuários e ocupa 30% da mão de obra empregada no âmbito rural, envolvendo 1.166 pessoas (Censo Agropecuário, 2017).

3.2 – FONTES DE DADOS E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Este estudo abrangeu a caracterização e a análise de microdados com o propósito de destacar e examinar o perfil socioeconômico dos agricultores e do pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares de Parnaíba. Para a obtenção de informações relacionadas à agricultura familiar, foram empregadas fontes de dados secundários. Realizou-se um levantamento e mapeamento das informações, a partir das estatísticas disponíveis no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com data de referência 30 de setembro de 2017. Os resultados obtidos através do SIDRA são declaratórios, por serem informados pelo entrevistado durante a visita do recenseador ao estabelecimento rural (Del Grossi, 2019).

As variáveis utilizadas estão diretamente relacionadas à agricultura, com ênfase na agricultura familiar, e incluem os indicadores para a caracterização dos estabelecimentos agropecuários, dos dirigentes das unidades de produção e do pessoal ocupado. Nos aspectos sociais, identificaram-se as características dos produtores e do pessoal ocupado, no que diz respeito ao gênero, etnia, idade, escolaridade, condição do(a) produtor(a) em relação às terras, associação do(a) produtor(a), tipo de direção da unidade de produção e relação de parentesco. No contexto econômico, foram analisados os números e dimensões dos estabelecimentos rurais, a tecnologia adotada nas atividades, a composição da produção agropecuária, capitalização do produtor, receitas e renda (Quadro 1). Por fim, os registros obtidos foram tratados a partir da estatística descritiva, analisados, sistematizados e apresentados sob formas de tabelas e gráficos.

Quadro 1 - Indicadores da agricultura familiar selecionados do Censo Agropecuário de 2017

Período 2017		
Número	Variável	Classe
1	Gênero	Social
2	Etnia	
3	Idade	
4	Escolaridade	
5	Condição em relação às terras	
6	Associação do(a) produtor(a)	
7	Tipo de direção da unidade de produção	
8	Relação de parentesco	
9	Número de estabelecimentos	Econômica
10	Área dos estabelecimentos	
11	Grupo de atividade econômica	
12	Produção	
13	Receita	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, apresenta-se o perfil social dos agricultores familiares de Parnaíba, destacando as particularidades dos estabelecimentos, com ênfase nos aspectos como número e área das unidades familiares, grupo de atividade econômica, composição da produção, receita e orientação técnica. Adicionalmente, são analisadas as características dos produtores e do pessoal ocupado, como gênero, etnia, idade, escolaridade, organização coletiva e condição em relação às terras.

4.1 – CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECEMENTOS

Sob uma perspectiva histórica, as informações provenientes do Censo Agropecuário de 2017 fornecem uma visão do desenvolvimento da agricultura familiar. Ao observarmos a representatividade do segmento no Piauí, segundo o número de estabelecimentos, os dados demonstram que no referido ano, Parnaíba se posicionou como o 149º município, representando aproximadamente 0,24% do total de 197.246 unidades produtivas familiares presentes no Estado. Conforme se verifica na Tabela 1, o segmento abrangeu 37% das propriedades rurais de Parnaíba, contabilizando-se 1.269 unidades agropecuárias, dos quais 478 enquadram-se na classificação familiar.

É importante ressaltar que no Nordeste os estabelecimentos são predominantemente familiares. Conforme a análise de Bacelar e Favareto (2020), o segmento representa 79,2% do total de 2,3 milhões de empreendimentos. No Piauí, a

agricultura familiar corresponde a 80,3% das unidades produtivas presentes no Estado (Morais; Sousa; Araújo, 2020). Por outro lado, como se observa na Tabela 1, a agricultura familiar em Parnaíba apresenta menores proporções no número de estabelecimentos.

Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários, segundo a área e tipologia agrícola, Parnaíba - 2017

Tipologia	Estabelecimentos		Área total (ha)		Área média
	Número	%	Hectares	%	
Agricultura familiar	478	37	2.424.317	29	5
Agricultura não familiar ⁴	791	62	5.854.179	70	7,4
Total	1.269	100	8.278.550	100	6,5

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Em termos de dimensão territorial, nota-se indício da contínua existência de uma acentuada concentração de terras, um fenômeno amplamente reconhecido no cenário rural brasileiro. Em 2017, cerca de 3.852.846 ha são destinados para as atividades da agricultura familiar no Piauí, ou seja, 38% do total da área ocupada, com 10.009.857 hectares, dos quais 2,4 mil ha estão distribuídos em Parnaíba, onde a agricultura familiar representa apenas 29% deste território (Censo Agropecuário, 2017).

Dessa forma, assim como no Estado, o segmento agropecuário familiar do município representa as menores proporções de terra. Esse cenário se torna mais evidente ao destacarmos que a agricultura patronal detém as maiores parcelas de hectares de terras, concentrando 70% da extensão total dos estabelecimentos agropecuários de Parnaíba.

Na Tabela 2, percebe-se que a maioria dos estabelecimentos classificados como familiares se encontram na faixa de menos de 5 hectares. Esse agrupamento representa um total de 386 (80%) unidades de produção, sublinhando a prevalência de minifúndios no município. Nota-se, também, que as unidades produtivas do setor com área situada entre 50 e 500 hectares somam 10 (2%) do conjunto total de estabelecimentos, ressaltando a distribuição desigual de tamanhos entre os empreendimentos da agricultura familiar.

Tabela 2 - Distribuição dos estabelecimentos rurais por área, agricultura familiar e não familiar, Parnaíba, 2017

Grupo de área total (Hectares)	Tipologia	
	Agricultura Familiar	Agricultura não familiar
Mais de 0,1 a menos de 1 ha	226	582
De 1 a menos de 5 ha	160	106
De 5 a menos de 50 ha	72	72
De 50 a menos de 500 ha	10	24
Produtor sem área	10	7
Total	478	791

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

⁴ Agricultura não familiar refere-se aos estabelecimentos que, por limite de área e/ou renda, não se enquadram na Lei 11.326/2006, que define a agricultura familiar.

Referente às atividades econômicas desenvolvidas, observa-se a predominância da agricultura familiar no número de estabelecimentos que praticam a pecuária e a criação de outros animais, em Paraíba se assemelham ao contexto do Piauí. No Estado, são 92 mil, ou seja, 46% das unidades de produção que executam majoritariamente a pecuária e a criação de outros animais. No município, 58% dos estabelecimentos desenvolvem a pecuária e a criação de outros animais. Assim como também, encontram-se as maiores dimensões de áreas 61% (Tabela 3).

Tabela 3 – Estabelecimentos da agricultura familiar por grupo de atividade econômica e área, Parnaíba - 2017

Grupo de Atividade Econômica	Estabelecimentos		Área	
	N	%	N	%
Lavouras temporárias	115	24	478.819	19
Lavouras permanentes	49	10	383.874	15
Pecuária e criação de outros animais	276	58	1.479.958	61
Horticultura e floricultura	23	5	77640	3
Pesca	7	1,4	2.045	0,08
Produção florestal (nativa)	5	1	x ⁵	x
Aquicultura	3	0,6	x	x
Total	478	100	2.424.371	-

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Consoante ao Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar de Parnaíba é baseada na produção temporária de feijão, arroz, mandioca, melancia, milho em grão e abóbora. As culturas temporárias consistem principalmente nas culturas de acerola, banana, caju (tanto o fruto quanto a castanha) e coco-da-baía, com uma maior ênfase no cultivo de acerola e caju (fruto e castanha). Na pecuária, ganha destaque a criação de bovinos, caprinos, ovinos e galináceos.

Cabe ressaltar que 336 do total dos estabelecimentos destinam seus cultivos para o consumo próprio, enquanto 142 comercializam. Dessa forma, 70% das unidades familiares produzem para o seu próprio consumo. Esses resultados colaboram com a hipótese de Sousa Crestana (2006) de que a agricultura familiar contribui para a segurança alimentar das famílias dos agricultores, que se expressa pelo grau de consumo e comercialização.

Levando essa observação em conta, os dados mostram que a receita dos produtos comercializados pelos agricultores familiares de Parnaíba representa aproximadamente 15 milhões de reais. No que se refere ao valor da produção, somaram-se 8,4 milhões de reais, obtidos principalmente pela produção e venda de animais e seus derivados (Tabela 4).

⁵ Ausência de dados para análise.

Tabela 4 - Composição do valor da produção e receita, segundo o grupo de atividade econômica da agricultura familiar, Parnaíba - 2017

Grupo de Atividade Econômica	Produção		Receita	
	R\$ 1.000,00	%	R\$ 1.000,00	%
Lavouras temporárias	1.147.393	13	2.508.557	16
Lavouras permanentes	1.763.536	21	2.429.591	15
Pecuária e criação de outros animais	4.954.553	58	9.585.612	61
Horticultura e floricultura	225.042	2	523.016	3
Pesca	72.144	0,8	x	
Produção florestal (nativa)	x	x	100.636	0,6
Aquicultura	x	x	x	x
Total	8.467.715	100	15.586.893	100

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Como mencionado, o valor da produção e receita dos estabelecimentos são provenientes majoritariamente da venda de animais e seus derivados, seguida pela venda de produtos vegetais. Juntas, correspondem a 92% do valor da produção e de toda a receita no ano de 2017. Dessa forma, demonstra fragilidades na dinâmica e diversificação das fontes de renda do segmento no município, o que pode impactar sua sustentabilidade e resiliência financeira.

Isso ressalta a necessidade de abordar questões relacionadas à ampliação das oportunidades de geração de renda e à criação de estratégias para a estabilidade financeira dos estabelecimentos familiares. Adicionalmente, também foi constatada carência na prestação de serviço de orientação técnica na agropecuária do município, dado que em 2017, dos 1.269 estabelecimentos existentes, apenas 85 foram assistidos com serviços técnicos (Tabela 5).

Tabela 5 - Orientação técnica segundo o número de estabelecimentos e tipologia, Parnaíba, em 2017

Origem da orientação técnica recebida	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Agricultura (total)	
	(N)	%	(N)	%	(N)	%
Recebe	28	5	57	7	85	6
Não recebe	450	94	734	92	1.184	93
Total de estabelecimentos	478	100,0	791	100,0	1.269	100,0

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

A Tabela 5 indica ainda que 94% dos estabelecimentos não foram atendidos com nenhuma orientação técnica para aprimorar seus processos produtivos. Assim como no segmento familiar, notou-se reduzido suporte técnico na agricultura patronal. Nesta categoria, apenas 7% do total de 791 empreendimentos receberam assistência técnica.

Por sua vez, esse panorama é recorrente na agricultura familiar nordestina, considerando que 92% dos 1,8 milhões de estabelecimentos da Região não receberam assistência técnica (Aquino; Alves; Vidal, 2020). Portanto, as informações aqui

difundidas indicam que assim como na Região Nordeste de modo geral, o acesso à orientação técnicas agrícolas é uma limitação presente na agricultura familiar de Parnaíba, o que pode comprometer o desenvolvimento socioeconômico dos estabelecimentos nas práticas das atividades produtivas.

4.2 – PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

No que diz respeito aos gestores das unidades familiares, um primeiro indicador relaciona-se ao local de residência, o qual apresenta uma tradicionalidade demonstrada nas estatísticas da agricultura familiar brasileira, que mostra que, além dos produtores conduzirem suas atividades produtivas, frequentemente estabelecem suas residências nas unidades de produção (Wanderley, 2009). Isso porque, no total de 478 estabelecimentos em Parnaíba, 86% das unidades produtivas igualmente se caracterizam como residências dos produtores.

Ao considerar as dinâmicas de gênero entre os produtores familiares, a Tabela 6 apresenta o número de estabelecimentos agrupados conforme a categoria, gênero e origem étnica, no ano de 2017.

Tabela 6 – Direção das unidades de produção do segmento familiar segundo o gênero e cor, Parnaíba - 2017

Cor ou raça do(a) produtor(a)	Gênero do produtor		Total
	Homens	Mulheres	
Branca	101	43	144
Preta	37	13	50
Amarela	x	x	x
Parda	178	105	283
Indígena	x	1	1
Total	316	162	478

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

A análise proporciona uma visão da diversidade presente nas comunidades rurais, revelando uma composição variada de grupos étnicos. Nesse contexto, a maioria é representada por indivíduos de cor parda, que correspondem a um total de 59%. Além disso, 66% das propriedades são lideradas por homens, totalizando 316 proprietários. As mulheres representam 33%, equivalente a um total de 162 mulheres frente à gestão dos estabelecimentos.

De fato, a hegemonia masculina não se limita apenas à direção dos estabelecimentos. Como destacado por Aquino, Alves e Vidal (2020), aproximadamente 81% da mão de obra nos estabelecimentos agropecuários do Brasil é composta por homens. No caso específico da agricultura familiar, o Censo Agropecuário de 2017 revela que 80% dos estabelecimentos estão sob a gestão de homens.

Entende-se que a distribuição de gênero na administração das unidades familiares reflete as dinâmicas sociais e as relações de poder presentes no contexto da agricultura familiar em Parnaíba, destacando as práticas culturais que perpetuam a predominância masculina na gestão das propriedades agropecuárias em todo o Brasil. Além disso, esses resultados são motivados pela subvalorização do trabalho feminino no meio rural, frequentemente considerado apenas como assistência (Moraes, 2000).

Referente à faixa etária, em Parnaíba, a administração dos empreendimentos é conduzida por produtores com idades entre 65 e 75 anos. Em contrapartida, a proporção na faixa dos 25 aos 35 anos é minoritária.

Sob essa perspectiva exposta na Tabela 7, os resultados indicam que os estabelecimentos estão sob direção de produtores com faixa etária mais elevada em relação ao cenário nacional. No Piauí, por exemplo, os agricultores concentram-se no grupo de 55 a menos de 65 anos, totalizando 43.507 (22%) do total de 197.246. O menor quantitativo refere-se aos que estão inseridos no grupo de idade inferior a 25 anos (Censo Agropecuário, 2017).

Deduz-se que o notável processo de envelhecimento dos responsáveis pelas unidades familiares de Parnaíba relaciona-se com a segmentação dos jovens. Isso se confirma pelo fato de que somente 0,6% dos empreendimentos estão sob a condução de produtores incluídos na faixa etária de 25 anos. Esses dados possibilitam identificar obstáculos para a manutenção deste setor, visto que a redução de jovens no desenvolvimento das práticas agropecuárias impacta diretamente na reprodução social e sucessão geracional do segmento.

Tabela 7 – Direção dos estabelecimentos da agricultura familiar de acordo com o gênero e faixa etária, Parnaíba - 2017

Classe de idade do(a) produtor(a)	Gênero do produtor(a)		%
	Homens	Mulheres	
Menor de 25 anos	2	1	0,6
De 25 a menos de 35 anos	15	12	5
De 35 a menos de 45 anos	35	19	11
De 45 a menos de 55 anos	63	33	20
De 55 a menos de 65 anos	66	44	23
De 65 a menos de 75 anos	87	34	25
De 75 anos e mais	48	19	14
Total	316	162	100

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Em relação ao nível de instrução, 60% dos dirigentes dos estabelecimentos sabem ler e escrever. No entanto, expressa-se baixo percentual de escolaridade ao indicar que 191 dirigentes não possuem essa habilidade. Ao analisar a escolaridade segundo o gênero, observa-se que os homens representam 55% desse grupo, enquanto as mulheres correspondem a 69,7% (Tabela 8).

Tabela 8 - Escolaridade dos administradores das unidades familiares, de acordo com o gênero - Parnaíba, 2017

Escolaridade	Homem		Mulher	
	Nº	%	Nº	%
Sabe ler e escrever	174	55	113	69,7
Não saber ler e escrever	142	45	49	30,2
Total	316	100,0	162	100,0

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Com base nos dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017, é possível constatar que a baixa escolaridade permanece significativa, principalmente entre os indivíduos mais velhos. Esse padrão ganha ainda mais relevância na faixa etária de 65 a 75 anos, que corresponde ao maior grupo de produtores familiares do município, onde se registra um total de 25 (5%) alfabetizados, 4 (0,8%) com nível médio de instrução, reforçando o pressuposto de uma problemática social evidenciada em todo o rural brasileiro, que, conforme Santos *et al.*, (2020), pode resultar em entraves ao acesso a políticas públicas, impactar nos resultados da gestão nas propriedades rurais, ocasionando restrições à adoção de técnicas produtivas que congreguem níveis de habilidades como ler e escrever, por exemplo.

Dessa forma, as variações na formação educacional dos produtores familiares denotam que uma proporção substancial ainda enfrenta limitações no que se refere à instrução formal.

É essencial ressaltar que fornecer orientação técnica especializada aos produtores desempenha um papel importante para mitigar as limitações resultantes dessas questões sociais. No entanto, como se demonstrou neste estudo, esse aspecto também é uma carência presente na agricultura familiar do município.

No que diz respeito à participação social dos gestores das unidades agrícolas familiares, a reduzida participação da agricultura familiar nas associações é outra tendência presente na agricultura familiar no Estado. Em 2017, o Piauí reuniu 98.654 (50%) do total de aproximadamente 197 mil estabelecimentos vinculados a associações. No entanto, revela-se uma baixa adesão ao se examinar a quantidade específica de cada tipo de associação. O associativismo em relação às cooperativas, por exemplo, constitui apenas 1,5% do total (Censo Agropecuário, 2017).

Em Parnaíba, dos 478 estabelecimentos familiares, apenas 22% estão associados a alguma forma de organização, constatando reduzida participação institucional dos estabelecimentos da agricultura familiar do município na potencialização e consolidação do setor, o que é mais evidenciado quando se contempla que 371 unidades familiares do município não são associadas (Tabela 9).

Tabela 9 – Participação dos gestores dos empreendimentos familiares em entidades de classe em Parnaíba, 2017

Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe	Estabelecimentos	
	N	%
Associado(a)	106	22
Cooperativa	31	29
Entidade de classe/sindicato	61	57
Associação/movimento de produtores	15	14
Associação de moradores	8	7
Não associado(a)	372	77
Total	478	100

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Observando as proporções específicas pela forma de associação, as associações por sindicatos, que reúnem cerca de 12% do total de estabelecimentos da categoria. Apenas 6% são vinculados a alguma cooperativa. O cooperativismo é impulsionador do desenvolvimento e gerador de inclusão (Buttenbeber; Berkmann; Sparemberger, 2022). De fato, a reduzida participação dos agricultores familiares nas cooperativas sinaliza a acentuada fragilidade da organização coletiva (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Entende-se que as associações de produtores exercem um papel crucial como estratégia de organização nas áreas rurais. De maneira geral, este estudo constata uma participação institucional reduzida dos estabelecimentos da agricultura familiar em Parnaíba que se assemelha ao contexto do Estado e aponta para uma carência significativa de desenvolvimento da agricultura familiar na Região.

4.3 – PESSOAL OCUPADO

Parnaíba conta com 162.159 habitantes, que se apresenta como a 2^o maior população do Piauí (IBGE, 2022). Segundo a pesquisa censitária de 2010, o município mantém uma predominância de caráter urbano, com 94% domiciliados na zona urbana, enquanto o espaço rural representa 5% da população, com 4.309 homens e 3.911 mulheres de 145.727 habitantes.

As ocupações relacionadas à mão de obra rural estão resumidas na Tabela 10, que oferece uma visão da evolução ao longo do tempo do pessoal empregado em estabelecimentos agropecuários, englobando tanto a agricultura familiar quanto a não familiar em níveis geográficos no Brasil, na Região Nordeste, o Piauí e Parnaíba. Os anos considerados na tabela são 1975, 1980, 1985, 1995, 2006 e 2017, fornecendo uma análise comparativa do número de trabalhadores nessas diferentes localidades e períodos.

Tabela 10 – Evolução temporal do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários do Brasil, do Nordeste, Piauí e Parnaíba, de 1975 a 2017

Localidade	Ano					
	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Brasil	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.568.205	15.105.125
Nordeste	8.738.763	9.333.172	10.441.667	8.210.809	7.699.138	6.376.764
Piauí	613.521	790.326	818.465	666.465	831.827	670.321
Parnaíba	x	x	x	3.620	2.617	3.978

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 1995/6, 2006 e 2017, IBGE.

Conforme os resultados expostos na Tabela 10, ocorreu um crescimento no número de pessoas empregadas na agropecuária brasileira entre os anos de 1975 e 1985. Durante esse período, a maior proporção de mão de obra atingiu um total de 23 milhões de trabalhadores. No entanto, a partir desse ponto, ocorreram declínios sucessivos nesse indicador. Em 2017, por exemplo, o cômputo diminuiu 15% entre os anos citados, e expressivamente, 8% entre 2006 e 2017, empregando, portanto, 15 milhões de pessoas.

No Piauí, essas porcentagens demonstraram variações ao longo do tempo. Entre 1975 e 1985, o número de pessoas empregadas representou um crescimento de 33%. De 1995 a 2006, o total de mão de obra ocupada na agropecuária registrou um aumento de 25%. Após esse período, os dados indicam uma redução de 19% no número de trabalhadores empregados no setor.

De maneira semelhante ao que ocorreu no Piauí, Parnaíba também constatou variações significativas. Em 1995, o município registrava um total de 3.620 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Em 2017, destacou um aumento notável em 52%, contrastando com a tendência de declínio na mão de obra rural observada no Brasil, no Nordeste e no próprio Piauí. Assim, sublinhando particularidades locais que influenciam as dinâmicas de emprego no setor agrícola.

Na forma de organização das atividades agropecuárias em Parnaíba, os resultados do Censo Agropecuário de 2017 expressam que 30% dos envolvidos são agricultores familiares. Nesse contexto, a tabela 11 apresenta a distribuição da força de trabalho rural de Parnaíba, traçando uma análise comparativa com base no tipo de agricultura e gênero. Nesta, retrata-se que os homens assumem maiores percentuais da mão de obra na agropecuária do município.

Tabela 11 – Pessoas ocupadas na agropecuária, segundo o tipo de agricultura e o gênero, Parnaíba, 2017

Ano	Tipologia	Gênero		Total
		Homens	Mulheres	
2017	Agricultura familiar	814	352	1.166
	Agricultura não familiar	1.913	899	2.812

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário, 2006 e 2017, IBGE.

Ainda consoante a Tabela 11, no setor familiar, os homens correspondem a 70% e as mulheres representam 30% da força de trabalho. Na agricultura patronal, os homens constituem 68% das ocupações e as mulheres representam um contingente

de 31%, o que reflete um padrão do âmbito rural demonstrado no decorrer deste estudo, que reforça a importância de considerar as questões de gênero nas análises das dinâmicas de emprego no setor.

A ocupação na agricultura familiar e a relação de laços de parentesco com o produtor(a) é outro fator relevante a ser analisado. Sob essa ótica, a mão de obra da agricultura familiar de Parnaíba é essencialmente familiar, na medida em que 85% dos empregados possuem laços de parentesco (Tabela 12).

Tabela 12 – Pessoal ocupado na agricultura familiar, por tipo de pessoal ocupado e sexo, em Parnaíba - 2017

Tipo de pessoal ocupado	Gênero	
	Homem	Mulher
C/ parentesco com o produtor	652	346
S/ parentesco com o produtor	162	6
Permanentes	31	4
Temporários	128	2
Parceiros	3	x
Total	814	352

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Ressalta-se que, nas ocupações que não envolvem laços familiares, os agricultores permanentes compõem 3% do total, enquanto os parceiros correspondem a 0,25%. Nessas situações, a utilização de mão de obra temporária se destaca. Do total de 168 agricultores nessas ocupações específicas, 77% apresentam essas características.

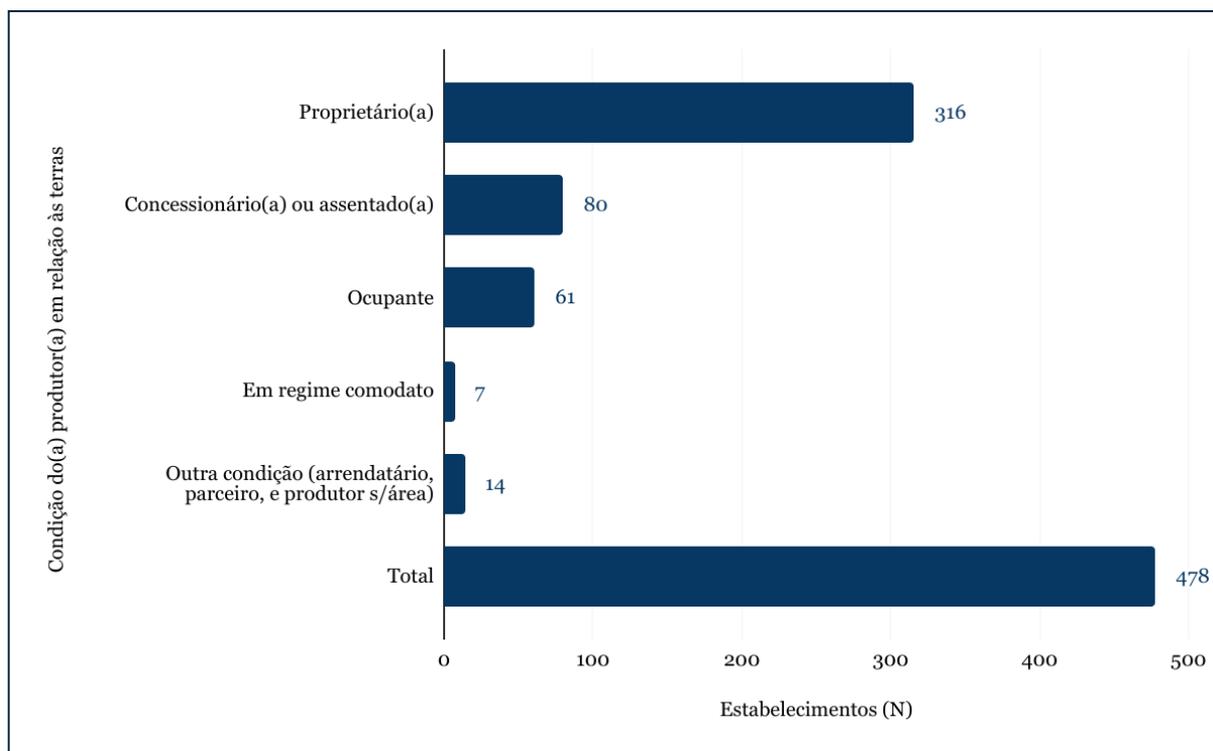
Nota-se que essa conjuntura contribui para a mudança no perfil da ocupação de mão de obra nas atividades agrícolas, com um aumento na utilização de trabalhadores temporários em detrimento da mão de obra permanente.

Apesar desse resultado, o segmento mantém sua estabilidade de caráter familiar. Como mencionado, o maior número de empregados possuem laços de parentesco. Além disso, 89% (1.038) trabalhadores operaram nas unidades por 180 dias ou mais. Cabe mencionar que esse resultado é previsível, visto que a composição familiar da força de trabalho é uma característica intrínseca de um estabelecimento agropecuário de natureza familiar.

4.4 – ACESSO À TERRA

A predominância de uma estrutura de propriedade na qual os próprios agricultores familiares são proprietários das terras que cultivam é uma característica observada no âmbito rural brasileiro. Na Região Nordeste, por exemplo, 77,8% dos agricultores familiares se declararam proprietários dos sítios em que vivem e trabalham (Aquino; Alves; Vidal, 2020). No Piauí, 71,1% dos estabelecimentos familiares são explorados por seus proprietários (Morais; Sousa; Araújo, 2020). De forma semelhante, em Parnaíba também predomina a propriedade de terra pelo produtor (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número dos estabelecimentos da agricultura familiar, de acordo com a condição legal das terras, Parnaíba, 2017



Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

Como ilustra o gráfico, a segunda categoria mais quantificada no município é a de concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva, totalizando 80 estabelecimentos, equivalente a 16% do total. Esse resultado, mesmo que moderado, reflete as influências da política agrária que visou fortalecer a agricultura familiar, somadas à atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, conforme Targino e Moreira (2020) abordaram.

Assim, admite-se a primazia de relações de posse formal por parte do(a) produtor(a) em relação à terra. Isso é evidenciado pelo fato de que as categorias de proprietário(a) e concessionário(a) ou assentado(a) correspondem a 82% do total, ou seja, 396 estabelecimentos. Nas demais categorias que compreendem os vínculos não formais, foram encontradas em 82 estabelecimentos, indicando que 17% ainda enfrentam carência de ativos fundiários.

Dessa forma, ao se contemplar as maneiras de gestão das unidades familiares de Parnaíba conforme a natureza da supervisão, a maior taxa identificada na realidade da agricultura familiar é aquela efetuada pelo proprietário(a). A Tabela 13 apresenta as formas de direção dos estabelecimentos da agricultura familiar do município de acordo com tipo de direção e gênero.

Tabela 13 – Direção dos estabelecimentos da agricultura familiar parnaibana segundo tipo de direção e gênero - 2017

Tipo de direção	Estabelecimentos		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtor(a) titular diretamente	428	89	289	60	139	29
Casal (codireção)	27	5	12	2	15	3
Produtor(a) titular encarregado ou pessoa c/ laços de parentesco	23	5	15	3	8	1
Produtores (explorações comunitárias)	x	x	x	x	x	x
Outra pessoa	x	x	x	x	x	x
Total	478	100	316	66	162	33

Fonte: Elaborada com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE.

A categoria de produtor(a) titular se destaca como a forma principal de direção, contando com 89%, seguida pela direção a cargo do(a) produtor(a) titular encarregado ou de pessoa com laços de parentesco, correspondendo a 3% dos casos. Logo após, encontra-se a direção conduzida pelo casal, representando 2% do total. Esse panorama destaca a relevância da dinâmica familiar na tomada de decisões e na condução das atividades agrícolas nas unidades familiares, sublinhando características distintivas da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências deste estudo foram analisadas a partir de dados secundários coletados do Censo Agropecuário do IBGE, no contexto específico da agricultura familiar de Parnaíba, demonstrando sua ocupação no Nordeste e no Piauí, referente ao ano de 2017. Em linhas gerais, os resultados revelam que existem inúmeros desafios para o desenvolvimento do segmento no município.

Constatou-se inicialmente que a agricultura familiar em Parnaíba representa 37% dos estabelecimentos agropecuários presentes no município, que absorvem 30% da área total. Destaca-se que 92% das unidades de produção estão no estrato de 10 hectares, evidenciando a presença de minifúndios originados da fragmentação de pequenas extensões de terras, acentuando a persistência histórica da concentração de ativos fundiários, característica evidente da agropecuária no País.

Nos aspectos produtivos, a agricultura familiar em Parnaíba se destaca na produção de alimentos básicos, provedora do mercado interno e segurança alimentar das famílias agricultoras. O segmento foi responsável por aproximadamente 27% de toda a riqueza gerada na agropecuária parnaibana, correspondendo a 15,5 milhões de reais. A produção pecuária e a criação de outros animais abrangem 58% do número de estabelecimentos e 61% da área total. As lavouras temporárias e permanentes também se destacam, em conjunto representam 34% das unidades de produção e área.

Esses resultados denotam a concentração da produção nesses grupos de atividades econômicas, demonstrando fragilidades na dinâmica e diversificação das fontes de renda do segmento, o que pode impactar sua sustentabilidade e resiliência financeira. Além disso, a maioria dos empreendimentos é de propriedade dos próprios produtores, e esses estabelecimentos não apenas servem como local de produção, mas também são o local de residência da maior parte dos agricultores.

Dentre outros aspectos assemelhados à agricultura familiar no contexto geral,

nota-se o reduzido número de estabelecimentos com acesso à assistência técnica. Evidenciou-se que 5% dos produtores desenvolvem suas atividades produtivas sem serem tecnicamente orientados. Os estabelecimentos são majoritariamente administrados por homens. Assim como também responde pela maior parte na composição da mão de obra ocupada. Além disso, o reduzido número de jovens no desenvolvimento das atividades agrícolas, o baixo nível educacional e de organização social é destacado. Este último indicador é representado pelo ínfimo percentual de produtores associados a cooperativas (6%).

Portanto, é evidente a importância da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico do município. Contudo, fazem-se necessários incentivos para os produtores ampliarem sua produtividade comercial e fortalecer sua organização social na manutenção e consolidação do setor.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio recebido por intermédio do financiamento disposto em forma de bolsa a uma das autoras do artigo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, A. F. C. S.; PERIN, G.; SAMBUICHI, R. H. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) analisado em três dimensões: benefícios, amadurecimento e perspectivas para a política. In: Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 3., 2019, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: Cidesp, 2019.
- ALVES, D. F.; LIMA JÚNIOR, F. do O. de; SIQUEIRA, R. M. de; REBOUÇAS FILHO, P. J. Estrutura produtiva nas mesorregiões do Nordeste Brasileiro: uma análise fatorial. **Informe GEPEC**, v. 22, n. 2, p. 81–98, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v22i2.20053. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/20053>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- ANJOS, ELIENE; OLIVEIRA, CIBELE. C.; SILVA, ANA P.; SANTOS, VALQUÍRIA. As demandas das associações comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural. **Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat**, v. 15, n. 2, jul./dez., p. 59-76, 2018.
- AQUINO, J.R., ALVES, M.O., VIDAL, M.F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Rev. Econômica do NE**, v. 51, suplemento especial, p. 31-54. 2020.
- BACELAR, T., FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste – uma homenagem a Celso Furtado. **Rev. Econômica do NE**, v. 51, suplemento especial, p. 9-29. 2020.
- BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: Tedesco, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

BORTOLOTTO, C. C.; HIRSCHMANN, R.; SILVA, T. M.; FACCHINI, L. A. Exposição a agrotóxicos: estudo de base populacional em zona rural do sul do Brasil. **Revista Brasileira Epidemiologia**, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/XcxXT4cLb6p5hLYRnNR8hSz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 20 de junho de 2021.

BÜTTENBENDER, P. L.; BERKMANN, B. A.; SPAREMBERGER, A. Cooperativismo e crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável: estudo em uma cooperativa de interação solidária. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 1, p. 330–347, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26i1.26936. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26936>. Acesso em: 19 ago. 2023.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a Política Nacional de Ater**. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2343).

CAVALCANTI, N. T. F.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.; ARAÚJO, H. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de Pernambuco nos anos de 2011-2014. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando à inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO/SAF-MAPA/Finatec, 2019.

DELGADO, P. R.; BAZOTTI, A.; CINTRA, A. de U. Jovens rurais e agrícolas no Paraná – dimensionamento populacional e perfil socioeconômico. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 6, 2016. eISSN 2236-8248.

DIAS, L. C.; ALVES, L. R. A.; SHIKIDA, P. F.A. Determinantes das ofertas de açúcar e de álcool paranaenses (1981 a 2006): uma análise de integração. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 6., 2008, Aracaju- SE. **Anais...** Aracaju: ABER, 2008.

ESTEVAM, D. D. O., SALVARO, G. I. J., & DOS SANTOS, V. J. D. (2018). Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, 23(1), 262-281.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso: 01 fev. 2020.

_____. **Cidades. Parnaíba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

_____. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme.** Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1993-1997. v. 1.

LEMOS, J. D. J. S.; BEZERRA, F. N. R.; COSTA FILHO, J. D.; GURJÃO, N. D. Oliveira. Agricultura familiar no Ceará: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista Econômica do NE**, v. 51, suplemento especial, p. 93-112, ago. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/55630/1/2020_art_jjslemos_agricultura.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2024.

LIMA, A.F., SILVA, E.G.A., IWATA, B.F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**. v.22, n.1. 2019.

MAIA, F. J. F.; SOUSA, M. S. Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas e Cidadania: a agricultura familiar a partir do agir comunicativo. **Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba**, v. 25, n. 1, p. 185-203, jan./abr., de 2020. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v25i11506.

MENDONÇA, M., & ROCHA, C. (2015). **Implementing national food policies to promote local family agriculture:** Belo Horizonte's story. *Development in Practice*, 25(2), 160-173.

MIRANDA, C.; TORRENS, J.; MATTEI, L. (Orgs.). **O legado das políticas públicas de desenvolvimento rural para a inclusão socioprodutiva no Brasil.** Brasília: IICA, 2017. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 24).

MIRANDA, DAYANA; GOMES, BRUNO; ROVER, OSCAR. Programa Nacional de Alimentação Escolar e agricultura familiar no Vale do Ribeira. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, ano 161, p. 161-180, 26 jun. 2018. DOI: 10.7867/2317-5443.2018V6N1P161-180. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/233671/6475-25566-1-PB-1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MORAIS, M. D. C. D.; SOUSA, A. M. B. D.; ARAÚJO, C. F. S. Agricultura familiar no Piauí: uma leitura do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 71-91, ago. 2020. Disponível em: <file:///home/chronos/u-de705bb3a792a42e418de1a35a622c186c8113d9/MyFiles/Downloads/Revista%20econ%20do%20Nordeste.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

NEVES, DELMA. P. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** São Paulo: Unesp/Nead, 2009.

ROCHA, A. J. R. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha – MG.** Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA. Texto para discussão 1693. p. 40. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1013?mode=full>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

SANTOS, I. J. P.; DOMINGOS, M.; MATTOS JUNIOR, J. S.; FURTADO, C. A. O. **Agricultura familiar do Maranhão rural: uma breve análise do Censo Agropecuário 2017.** In: Congresso da SOBER, 58., 2020, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Foz do Iguaçu: SOBER, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2020/253622-agricultura-familiar-do-maranhao-rural--uma-breve-analise-do-censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 15 maio 2021.

SCHNEIDER, S. **Mercados e agricultura familiar. Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo.** 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maiorprodutora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, J. S. Breve Revisitação ao Campesinato no Brasil. **Revista Nera**, v.22, n.50, p.40-63, Set-Dez. 2019.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. A questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil. **Informe GEPEC**, v. 18, n. 1, p. 177–192, 2014. DOI: 10.48075/igepec.v18i1.9283. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/9283>. Acesso em: 19 ago. 2023.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Agricultura Familiar na Paraíba: Perfil com base no Censo Agropecuário DE 2017. **Revista Econômica do NE**, v. 51, suplemento especial, p. 133-154, agosto, 2020.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: EDUSP, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. **Globalização e desenvolvimento sustentável; dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro.** São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH-Unicamp, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Recebido em 11/05/2024.

Aceito em 30/06/2024.